

CINEMATECA PORTUGUESA – MUSEU DO CINEMA
AVA GARDNER, CYD CHARISSE, JUDY GARLAND – FATAL JUSTEZA
21 e 25 de fevereiro de 2022

SEVEN DAYS IN MAY / 1964
(*Sete Dias em Maio*)

Um filme de John Frankenheimer

Realização: John Frankenheimer / *Argumento:* Rod Serling com base num romance de Fletcher Knebel e Charles W. Bailey II / *Direção de Fotografia:* Ellsworth Fredericks / *Montagem:* Ferris Webster / *Música:* Jerry Goldsmith / *Produção:* Edward Lewis / *Produção Executiva:* Kirk Douglas e John Frankenheimer / *Design de Produção:* Cary Odell / *Direção Artística:* Edward G. Boyle / *Guarda-roupa:* Wesley Jeffries / *Interpretações:* Burt Lancaster (General James Mattoon Scott), Kirk Douglas (Coronel Martin ‘Jiggs’ Casey), Fredric March (Presidente Jordan Lyman), Ava Gardner (Eleonor Holbrook), Edmund O’Brien (Senador Raymond Clark), Martin Balsam (Paul Girard), Andrew Duggan (Coronel William ‘Mud’ Henderson), Hugh Marlowe (Harold McPherson), Whit Bissell (Senador Frederick Prentice), Helen Kleeb (Esther Townsend), George Macready (Christopher Todd), Richard Anderson (Coronel Murdock) / *Cópia:* 35mm, a preto e branco, falado em inglês, com legendas eletrónicas em português / *Duração:* 117 minutos / *Estreia Mundial:* 12 de fevereiro de 1964, Minneapolis, Minnesota / *Estreia Nacional:* 13 de maio de 1966, no cinema Monumental, em Lisboa / *Primeira Apresentação na Cinemateca.*

Nas vésperas do assassinio de John F. Kennedy, John Frankenheimer, que fora muito próximo dos Kennedy, realizou um filme em que o herói é um mole, um fraco, um bananas. Estando os destinos da nação entregues a uma pessoa com estes predicados, a América bem podia dizer “adeus” ao seu lugar de potência principal – ou única – no quadro da geopolítica internacional. Era pelo menos isso que achava uma clique do exército norte-americano, liderada pelo demagogo (será?) General Scott.

Em **Seven Days in May**, a pessoa alvo de todas as críticas é um Presidente dos Estados Unidos magnificamente interpretado por Fredric March, grande ator do cinema clássico aqui ressurgido (trabalharia de novo com Frankenheimer em **The Iceman Cometh** [1973], no que foi o seu derradeiro papel no cinema). Homem algo sorumbático, não facilmente empático, que se descreverá – a si e à nação que idealiza – “suficientemente orgulhoso de ser paciente e pacifista”. Banana ou não, este Presidente está pronto a virar a página da Guerra Fria, aceitando, enfim, aquilo que pertence à lógica humanizada da máquina – uma máquina chamada computador – no filme muito posterior, intitulado **WarGames** (1983), mas lançado quando a página dessa Guerra ainda não estava definitivamente virada: “no jogo da guerra, a opção mais avisada (e vencedora) será a de não jogar” – é mais ou menos esta a “moral da história” do filme de John Badham, lançado quase vinte anos depois, durante a vigência de Ronald Reagan.

Portanto, o movimento do filme de Frankenheimer, extremamente audaz pela forma como nos mostra o xadrez político sem colar ideias feitas ou se precipitar em debitar convicções pessoais, associando-as a qualquer um dos intervenientes, vai desse julgamento público que visa um Presidente (muito) cauteloso ao face-a-face com o seu *challenger* político, o (muito) impetuoso General Scott, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (diz-se que os autores do romance adaptado aqui por Rod Searling, o criador da série fantástica **The Twilight Zone** [1959-1964], se terão inspirado no caso da demissão do General McCarthur por Harry Truman em 1951). Esta personagem surge-nos, resistindo à caricatura, como um entre os vários “trigger happy idiots”, para usar uma expressão utilizada no filme, da ficção política americana. O genérico traduz plasticamente aquilo que está na iminência de acontecer: uma tomada do poder que, na realidade, poderá traduzir-se numa forma de conspiração do texto constitucional.

Enfim, para baralhar – ou protelar a empatia fácil com os protagonistas deste xadrez – Frankenheimer escolhe Fredric March, o genialíssimo “Dr. Jekyll and Mr. Hyde” de Rouben Mamoulian, para o papel do Presidente pacifista, émulo da visão política de John F. Kennedy (e de Martin Luther King, que, em 1964, recebeu o Prémio Nobel da Paz), ao passo que o general de peito feito, “born to fight”, é encarnado por um dos atores mais amados e respeitados da América, Burt Lancaster, no que foi a continuação de uma excelente amizade *on screen* – talvez a mais frutuosa na carreira de Lancaster –, já que seriam ao todo cinco os títulos que faria com Frankenheimer ao leme. Lancaster representa a feição “trigger happy” da política externa americana, que teve inúmeras figurações em *thrillers* ou sátiras da Guerra Fria: do General “Buck” interpretado por George C. Scott no contemporâneo **Dr. Strangelove** (1964), de Stanley Kubrick, até ao real, demasiado real Dick Cheney encarnado por Christian Bale no recente **Vice** (2018), de Adam McKay, passando pelo Ahab da marinha americana em **The Bedford Incident** (1965), de James B. Harris, tal como representado por Richard Widmark ou o General Decker (súmula de todos estes “figurões” do exército americano) posto em caricatura pelo rei do *overacting*, Rod Steiger, em **Mars Attacks!** (1996) de Tim Burton. Lancaster não deixa de ser Lancaster: distinto, sóbrio, subtil e um cavalheiro. Só que a sua agenda traduz aqui, digamos assim, “a Terceira Guerra Mundial ao virar da esquina” e, antes disso, representa o colapso do Estado de Direito.

Entre estas duas visões sobre a guerra e a maneira de gerir a presença americana no mundo, estão várias personagens, sobre as quais não é absolutamente certa a posição que ocupam em todo este xadrez. Ava Gardner, cujo papel mais conhecido talvez seja o de *femme fatale* em **The Killers** (1946), contracenando – e envenenando – uma personagem, nem de propósito, interpretada por Burt Lancaster, é aqui uma espécie de ameaça *também fatal* que paira sobre o filme, por ter tido um caso com o “verticalíssimo” General Scott, algo que pode ser usado contra este, isto, claro, se a facção pró-Presidente for adepta de escândalos mediáticos, *vulgo* lançamentos de lama – será decisivo o papel deste *dossier* na intriga, designadamente para que a personagem do Presidente venha a conquistar, em definitivo, a nossa empatia ou, antes disso, a “simpatia” do próprio filme. De entre o excelente elenco de secundários, é inevitável destacar a presença de Edmond O’Brien, no papel do senador Raymond Clark, um conselheiro muito próximo do Presidente que parte para o terreno com a missão de descobrir a base militar onde se cozinha o *coup d’État*. É difícil esquecermos a personagem de O’Brien, sobretudo o seu estado quase catatónico, nos derradeiros minutos do *thriller* sobre a paranoia anticomunista chamado **The Invasion of the Body Snatchers** (1957) de Don Siegel: “They’re here already! You’re next! You’re next, You’re next...!”, clamava no meio da estrada a personagem de O’Brien, tentando em vão alertar a sociedade para um perigo iminente, que poderia bem representar o fim da espécie humana tal como a conhecemos.

Kirk Douglas, no papel do Coronel “Jiggs” (Douglas foi também produtor executivo deste filme), é uma espécie de personagem-pivô, colando as pontas da intriga desde o momento em que se apercebe da existência de uma eventual conspiração para depor o Presidente dos Estados Unidos da América. A sua posição, delicada e vulnerável, é também aquela onde podemos facilmente acomodar o nosso lugar de espectadores desta história – uma posição de dúvida, propiciadora de um certo distanciamento crítico sobre o modo como a narrativa se começa a desenrolar.

Com efeito, Frankenheimer quis fazer uma obra exigente e intrincada do ponto de vista político e moral; um filme que exige do espectador uma tomada de posição, mais cedo ou mais tarde, mesmo que, no final, seja evidente a simpatia de Frankenheimer pela figura – ou pela agenda – do Presidente. Esta é uma das características do cinema de Frankenheimer nos seus melhores momentos: o de ser simultaneamente direto, justo e vibrante. É, em certa medida, um pouco como a personagem de Lancaster numa obra posterior sobre uma América despedaçada, melancólica ou simplesmente sem rumo, sob a sombra espessa da morte de – ou do *complot* que vitimou – JFK. Refiro-me ao subestimado (talvez a obra-prima máxima de Frankenheimer) **The Gypsy Moths** (1969), em que a personagem de Lancaster é uma espécie de “anjo manchado (*tarnished angel*)”; um General Scott ressurgido, abraçando uma “segunda oportunidade”. Digamos que, chegado a 1969, Scott – agora, na realidade, respondendo pelo nome Mike Rettig – corre o país, quase anónimo, realizando acrobacias pelos ares, em saltos de paraquedas que

apenas disfarçam, ou disfarçam mal, uma “pulsão de morte” tão da personagem quanto de todo o sentimento de um país. A paciência vencedora do Presidente de March dava lugar, deste modo, a uma gloriosa queda? “You are very subtle, in a direct sort of way” – a descrição da personagem de Lancaster é da autoria de uma dona-de-casa exangue (impressionante máscara de contenção dramática por parte de Deborah Kerr), vivendo, sem ânimo, um casamento falhado numa comunidade perdida no mapa da América.

Ora, Frankenheimer apresenta um estilo em regra encorpado, lúcido e, por vezes, cinematicamente viril (veja-se ou reveja-se outra obra feita em parceria com Lancaster, desta feita, encarnando sem equívocos um herói de guerra: **The Train** [1964]). E a sua agenda política passa por questionar o presente da América, projetando-se ou projetando-nos num futuro resultante de um exercício tão político quanto narrativo: “e se as coisas continuarem assim?” Havia uma dimensão rigorosamente distópica – de ficção científica – no anterior, e popularíssimo, **The Manchurian Candidate** (1962), voltando a existir em **Seven Days in May** esse elemento especulativo, sinalizado pela própria direção artística (a ação desenrola-se num futuro próximo, indiciado, entre outros aspectos, por uma série de *gadgets* tecnológicos, como um relógio digital e portas automáticas, objetos considerados algo estranhos à data da estreia deste filme).

O cinema de Frankenheimer surge, enfim, como uma espécie de “sismógrafo” da situação política americana durante os anos mais tensos da Guerra Fria. Estes seus filmes são rigorosas inspeções de um país em conflito consigo mesmo. Em suma, os seus melhores títulos tendem a enformar de uma resposta (possível) à questão: “Quo vadis América?” De facto, Frankenheimer dedicou-se muitas vezes a um exercício simultaneamente especulativo e introspectivo, esmiuçando as possibilidades oferecidas pelo género literário da distopia: “E se isto continuar assim...” Ou: “Para onde nos conduzirá ‘esta situação’?” Observa Jean-Baptiste Thoret, no seu livro *Qu’elle était verte ma vallée*, que este realizador “possui, como todos os grandes cineastas, a capacidade de entender o humor dos tempos, de elogiar os impasses, as falhas, e depois de ampliá-los até arriscar o desconforto do espectador”. O crítico francês refere ainda que “[a] programação, [ou] o receio da formatação, constitui um dos medos que estruturam o cinema de Frankenheimer”. Estas palavras acertam em cheio no alvo, inclusivamente quando aplicadas a **Seven Days in May**.

Se é verdade que acabaríamos por verificar que, no respeitante à Guerra Fria, a América viria a adoptar a postura vencedora, jogando o menos que pôde (ou eventualmente até *que quis*) o “jogo da guerra” – sendo, enfim, talvez mais paciente do que atuante, como advogara o Presidente fictício de Frankenheimer –, também é verdade que não viria a sarar completamente a ferida aberta pela morte de Kennedy, no pico desse conflito – um alegado *inside job*, como tenta comprovar não só o documentário recente de Oliver Stone, **JFK Revisited: Through the Looking Glass** (2021), como já antes o fizera, com um rigor quase docu-ficcional, um outro filme protagonizado por Burt Lancaster, mais uma vez no papel de conspirador contra o Presidente: **Executive Action** (1973) de David Miller. Entretanto, os acontecimentos recentes da invasão do Capitólio e a afirmação da *alt-right*, associada à figura de Donald Trump, apontam para um cenário não tão distante quanto desejaríamos daquele que se projeta nesta distopia política, o que, em certa medida, renova o interesse por este “diagnóstico”. O “what if” de **Seven Days in May** corre o risco de se converter num “may well” assustador, ficando a sensação de que, efetivamente, faz falta um novo Frankenheimer que ausculte os humores do tempo e que saiba encarar, de modo direto e subtil, o tempo-que-ainda-não-é.

Luís Mendonça